

proprietários de jornais, de um lado, e, de outro lado, o pessoal da redação. E isso não ia mais longe porque os assalariados puros, os proletários, isto é, os gráficos, não estavam abrangidos na categoria de jornalistas, e tinham já, estes sim, organizações específicas, e sob a forma sindical, como era inevitável e coerente. Assim, Gustavo de Lacerda desgostava os proprietários de jornais e, ao mesmo tempo, não conseguia fascinar os seus companheiros, o pessoal de redação. Desse modo, a sua idéia não encontrava eco entre os jornalistas, desatentos à sua pregação tenaz e ao seu extraordinário espírito de luta e continuado esforço, deparando “a resistência passiva, a indiferença formal que redatores, repórteres e revisores opuseram à criação da ABI. As maiores dificuldades, porém, provinham do grupo dos proprietários de jornais”(228).

Apesar de tudo, a 7 de abril de 1908, na sala de sessões da Caixa Beneficiente dos Empregados de *O País*, realizou-se o ato de fundação da Associação Brasileira de Imprensa, ABI. Compareceram apenas oito jornalistas, quatro de *O País*, os demais do *Correio da Manhã*, do *Jornal do Brasil*, da *Gazeta de Notícias* e do *Diário do Comércio*. Manuel Lourenço de Magalhães escreveu que “tão poucos foram os repórteres e redatores que compareceram ao ato de fundação que não chegaram para preencher as comissões de Economia e Finanças, Auxílios e Assistência, Festas e Propaganda e Publicação do Anuário”. A entidade pretendia ser assistencial; os propósitos eram de “manter uma caixa de pensões e auxílios para os sócios e suas famílias, estabelecer um serviço de assistência médica e farmacêutica, instituir o Retiro da Imprensa (com enfermaria e residência para velhos e enfermos), habilitar por meio de títulos de capacidade intelectual e moral o pretendente à colocação no jornalismo, organizar o Anuário da Imprensa e prestar pública homenagem ao dia do aparecimento do primeiro jornal”. A ABI viveu, por algum tempo, na sobreloja de *O País*, e rolou, de 1908 a 1942, por sete sedes, vivendo até de favor num quartel da Polícia Militar. Leis municipais de 1921 e 1922, não cumpridas, concederam-lhe terreno para edificação de sede própria; efetivou-as Pedro Ernesto, em 1932(229). Gustavo de Lacerda, repórter humilde que, há mais de meio

(228) Fernando Segismundo: op. cit., pág. 20.

(229) É interessante assinalar que a ABI teve o seu patrimônio enriquecido e tornou-se entidade poderosa justamente numa fase ditatorial, a do Estado Novo. Foi Getúlio Vargas quem mandou entregar à casa dos jornalistas os primeiros milhões de cruzeiros, quatro, para edificação da sede da Esplanada do Castelo; ali esteve, em 1931, quando foi proclamado presidente de honra da ABI; em 1934, quando discursou, afirmando ser a classe “desprotegida, relegada e esquecida” e desejando que a ABI se transformasse “num centro de estudos e de cultura, numa oficina de trabalho em proveito da comunhão nacional”; foi feito sócio benemérito dela, em 1936; assinou, em 1938, a lei reguladora do trabalho dos jornalistas profissionais; visitou a sede nova, em 1942, ao fim